

Apropriações de conteúdos midiáticos pelo público infantil: da construção de identidade ao caso MasterChef Júnior¹

Appropriations of media contents by children's audience: from identity constitution to the MasterChef Junior case

Apropiaciones de contenidos mediáticos por el público infantil: de la construcción de la identidad al caso MasterChef Júnior

Vitória Brito Santos

Universidade Feevale

vita.saochico@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-7304-0482>

RESUMO

A proposta desse texto é refletir teoricamente sobre os processos de recepção do público infantil. Tendo como objeto empírico de referência o programa Kids MasterChef Júnior (Rede Bandeirantes de Televisão), ao qual propõe-se uma reflexão sobre as formas pelas quais as crianças estão sendo inseridas nesse mundo adulto – processo de adultização da infância –, e como isso impacta na construção da identidade infantil. Os moldes nos quais os programas são feitos e seu alastramento nas redes sociais, geram novas formas de compreender a recepção e os receptores (BONIN, 2013). O sujeito infanto-juvenil que participa e assiste a esse modelo de programa pode entender que a “fama” é uma forma de felicidade. O artigo busca refletir, também, sobre as práticas de ensino formal (escola) e não formal (mídias). Para reflexão sobre esses processos utiliza autores como: Martin-Barbero (2002), buscando o entendimento sobre recepção; Ferreguett (2014), para o entendimento sobre essa adultização da infância; Vygotsky (2005), Bauman (2005) e Canclini (1998), sobre a identidade – identidade infantil; Soares (2011), para os processos de Comunicação e Educação; Ariès (1981) e Postman (1991), para a compreensão sobre o sujeito infantil, entre outros. Ademais, trata sobre conteúdos midiáticos que reforçam estereótipos e modos de ser e estar no mundo, pensando como o ensino de Mídia, Gênero e Direitos Humanos pode auxiliar no entendimento do público infantil acerca dos produtos por e para eles produzidos.

Palavras-chave: Adultização e identidade infantil. Gênero e Direitos Humanos. MasterChef Júnior. Mídia. Recepção infantil.

ABSTRACT

The proposition of this text is to theoretically reflect about the processes of children's reception. The TV show MasterChef Junior (Rede Bandeirantes de Televisão) is brought as an

¹ Uma primeira versão deste texto foi apresentada na III Jornada gaúcha dos Pesquisadores da Recepção – São Leopoldo – 27 a 29 junho de 2016.

empirical reference object to reflect about the manners children are being inserted in this grown up world – adultization of childhood process -, and how this impacts the construction of children’s identity. The models on which these programs are made and their spread on social networks create new forms of comprehending the reception and the receptors (BONIN, 2013). The child-juvenile subject, who participates and watches this sort of show, can understand the “fame” as a way to happiness. The article also tries to reflect about the practices of formal teaching (at school) and non-formal teaching (media). For the reflection about these processes are used authors like: Martin-Barbero (2002), aiming the understanding of reception; Ferreguett (2014), for the understanding of the so-called adultization of childhood; Vygotsky (2005), Bauman (2005) and Canclini (1998), about identity – children identity; Soares (2011), for the Communication and Education processes; Ariès (1981) and Postman (1991), for the comprehension about the child subject, among others. Furthermore, are treated the media contents that reinforce stereotypes and ways of being and living in the world, thinking about how Media, Gender and Human Rights teaching can help the understanding of children’s audience about the products made by and for them.

Keywords: *Adultization and child identity. Children’s reception. Gender and Human Rights. MasterChef Junior. Media.*

RESUMEN

La propuesta de este texto es reflejar teóricamente acerca de los procesos de recepción del público infantil. Teniendo como objeto empírico de referencia el programa Kids Masterchef Júnior (Rede Bandeirantes de Televisión), el cual se propone una reflexión sobre las maneras por las cuales los niños están siendo inseridos en este mundo adulto – proceso de adultización de la infancia -, y como eso impacta en la construcción de la identidad infantil. Los modelos en los cuales los programas son hechos y su distribución en las redes sociales generan nuevas formas de comprender la recepción y los receptores (BONIN, 2013). El sujeto infante-juvenil que participa y asiste a ese modelo de programa puede entender que la “fama” es una forma de felicidad. El artículo intenta reflejar, también, sobre las prácticas de la enseñanza formal (escuela) y no formal (los medios). Para reflexión acerca de esos procesos, se utilizan autores como: Martín-Barbero (2002), buscando el entendimiento sobre recepción; Ferreguett (2014) para el entendimiento sobre esa adultización de la infancia; Vygotsky (2005), Bauman (2005) y Canclini (1998) sobre la identidad – identidad infantil; Soares (2011) para los procesos de Comunicación y Educación; Ariès (1981) y Postman (1991) para la comprensión sobre el sujeto infantil, entre otros. Además, se tratan sobre contenidos mediáticos que refuerzan estereotipos y maneras de ser y estar en el mundo, pensado como la enseñanza de Medios, Género y Derechos Humanos puede colaborar en el entendimiento del público infantil acerca de los productos por y para ellos producidos.

Palabras clave: *Adultización e Identidad Infantil. Género y Derechos Humanos. MasterChef Júnior. Media. Recepción Infantil.*

Introdução

[...] As histórias de uma aspirante a miss de 13 anos, de uma cozinheira de 12 e de uma funkeira de 9 trouxeram à tona as diversas formas pelas quais crianças são hipersexualizadas e causaram a ira de coletivos feministas, que debatem os problemas que esse comportamento traz para o desenvolvimento dessas meninas. (Isabela Moreira, 2016).

A infância foi durante muitos anos uma parte insignificante da vida dos sujeitos. Com a criação das Escolas enquanto espaço de socialização do público infantil, passamos a dar maior visibilidade a essa fase da vida tornando-a a etapa principal da constituição do ser humano. É a partir do século XVIII que o sujeito infantil vai se tornar a pessoa mais importante da família, pois começamos a enxergar a criança como o futuro da nação. Deste modo, a proteção do sujeito infantil, a garantia dos seus direitos e zelar pela sua formação integral tornaram-se prioridade, já que assim criaríamos cidadãos de bem.

Antes do século XVIII a criança só recebia atenção enquanto bebê, e após uma determinada idade as crianças passavam a conviver com os adultos e tudo que aprendiam era com eles – aos meninos eram ensinados os ofícios familiares e às meninas as tarefas do lar. A construção da identidade desse sujeito infantil ficou muito tempo relegada ao esquecimento. Para a sociedade ocidentalizada e seus modelos vigentes até o século XVII, todas as crianças eram iguais e não tinham vontades próprias, deveriam apenas observar e obedecer, seguindo os exemplos familiares. Ademais, eram tratadas e se vestiam como mini adultos, conforme podemos observar na Figura 1 (ARIÈS, 1981).



Figura 1 – Traje de crianças da França e Alemanha no início do século XVI

Fonte: Beatriz (2012).

Havia por parte dessa sociedade um processo de adultização do sujeito infantil, ao tratarem todas as crianças com mais de quatro anos como extensões do adulto. Quando me refiro à adultização da infância, o faço nas instâncias elencadas por Ferreguett (2014, p. 70), onde o processo de construção dessa identidade do sujeito é feito com base em um modelo adulto: “Não associamos o processo de adultização à morte ou ao fim da infância. Compreendemos que a criança, normalmente, tem o adulto como um modelo a ser seguido, uma espécie de artifício de sobrevivência num mundo predominantemente

adulto”. Com o passar do tempo, no século XVIII, as crianças da nobreza começaram a utilizar roupas feitas especialmente para elas. Iniciava-se, assim, um processo de separação dos sujeitos infantis que traria o brincar pela primeira vez como um momento da infância. Deste modo, a criança passa a ter seus momentos próprios e não fica mais junto somente dos adultos, começa a viver e socializar com outras crianças.

Ir para a escola iniciou o processo de construção de identidades infantis, às crianças foi mostrado o mundo e as possibilidades que nele havia. Porém, isso não se deu de forma imediata para todas as crianças – inicialmente somente os meninos podiam estudar, as meninas ainda serviam apenas para o lar. A educação é o ponto principal da emancipação da criança enquanto ser social. Será através dela que o sujeito infantil irá perceber seus direitos e deveres, e aprenderá sobre a vivência em sociedade, bem como, irá utilizar essas experiências em confluência com as adquiridas na família primária para ir construindo sua identidade, isso se dará tanto na educação formal como na não formal.

Os processos de adultização do sujeito infantil pela forma do vestuário deixaram de fazer parte da vida das crianças como algo obrigatório. Porém, o surgimento das mídias (principalmente a televisão, na década de 50) inseriu as crianças de volta no mundo do adulto, já que as informações são fornecidas a todas as pessoas (POSTMAN, 1999). Sendo assim, voltamos a ter um processo de adultização do sujeito infantil quando esse passa novamente a se espelhar nas vivências adultas e as toma para si como uma parte de sua identidade².



Figura 2 – Criança do Século XXI
Fonte: Nery (2012).

² A menina da figura 2 é Suri Cruise, filha dos atores de *Hollywood* Katie Holmes e Tom Cruise. Ela é considerada um ícone da moda *fashion* infantil.

A proposta deste artigo é refletir sobre essa relação que se estabeleceu entre a criança e a mídia, pensando a forma como tem se dado a recepção desses sujeitos como seres em formação. Irei abordar, de forma teórica, como as crianças compreendem os processos midiáticos, tendo como ponto de partida os programas considerados Kids. Programas Kids são os programas adultos feitos em formato infantil (MasterChef Júnior e The Voice Kids, por exemplo). Nesses tipos de programas as crianças/adolescentes são produtores e receptores de conteúdos e acabam sendo expostas ao que chamo de adultização da infância. Desse modo, o presente texto está estruturado da seguinte forma: primeiramente, reflito sobre os programas Kids e o impacto que eles têm na construção da identidade infantil, dando maior ênfase ao programa MasterChef Júnior, o qual utilizo como objeto de análise para o referido trabalho; após, faço o entrelaçamento teórico com os processos de recepção do público infantil; reflito, então, sobre a importância de um olhar mais atento às crianças, tendo como premissa o ensino de Mídia e Educação nas escolas, bem como, um ensino que valorize os Direitos Humanos e que tenha enfoque nas questões de Gênero; finalizo com considerações sobre o que foi exposto no texto.

Da adultização da infância à identidade infantil: MasterChef Júnior

Autores como Hall (1999), Castells (1999) e Bauman (2005) compreendem identidade dentro de pressupostos diferentes, mas com muitas vertentes em comum. A principal delas é que a identidade é um processo de construção histórica pela qual o sujeito irá passar ao longo de toda a sua vida e que irá tomar forma e se reformular constantemente de acordo com as experiências e vivências adquiridas, seja dentro de um coletivo, nos espaços culturais e/ou nas suas múltiplas dimensões de vivência enquanto ser humano.

Castells (1999) vai definir três origens de construção da identidade como construção social, a saber: identidade legitimadora, que seria a identidade imposta pela sociedade em uma noção hierarquizante de dominação em relação aos sujeitos; identidade de resistência, proposta por atores que estejam fora do padrão determinado hegemônico, buscando uma afirmação e sobrevivência com bases em seus próprios ideais – política de identidade; identidade de projeto, construção de uma nova identidade para modificar os padrões e a estrutura da sociedade – lutas feministas.

No caso específico da temática deste artigo, retomando a construção da infância proposta por Ariès (1981), podemos perceber que tanto o sujeito feminino, como o sujeito

infantil (sujeito feminino infantil), passaram por estes três processos de construção identitária ao longo dos anos. Desde uma construção de identidade padrão normativa, imposta pela sociedade sobre o que era ser uma criança do sexo feminino, até o levante proposto pelas lutas feministas, e que dão suporte para a proposta dos Direitos Humanos pensadas nesse texto³, já que, a identidade de projeto é que irá constituir os sujeitos, estes pensados aqui na definição elencada por Bauman (2005) de sujeitos como agentes de sua própria história.

A mídia tem ocupado um papel fundamental na construção da identidade infantil, “No Brasil, a influência da mídia torna-se ainda mais poderosa em virtude de um sistema educacional precário que possibilita, em muitas ocasiões, que a televisão tenha o poder ‘soberano’ de informar, educar e distrair [...]” (BORUCHOVITCH, 2003, p. 27). Esse processo de recepção e significação do público infantil quanto aos programas midiáticos precisa ser revisto – precisa-se ter um olhar atento ao que está sendo produzido e consumido por estas crianças.

Os programas Kids têm tido aceitação no cotidiano brasileiro, principalmente pela sua inserção na grade de programações de canais abertos (Rede Globo e Rede Bandeirantes). O último episódio de MasterChef Júnior deixou a Band em 1º lugar no índice do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) por 10 minutos, e se manteve na vice-liderança por 40 minutos.

O Programa foi exibido pela emissora Rede Bandeirantes de Televisão no período de 20 de outubro de 2015 a 15 de dezembro de 2015 (com um total de nove episódios), na faixa de horário das 22h30min, contou com 20 participantes, com idades entre 9 e 13 anos e foi apresentado por Ana Paula Padrão. Na época de lançamento do programa a emissora disse em coletiva que “as eliminações do programa seriam em duplas para tornar a experiência mais leve” (AGORA..., 2015). Nesses tipos de programas as crianças/adolescentes são produtoras e receptoras de conteúdos e acabam sendo expostas a essa adultização da infância. Ser eliminado em dupla mostra como é complicado lidar com o psicológico de uma criança,

[...] Silvio coloca que “temos que tomar cuidado quando fazemos uma criança ‘jogar’ o jogo do adulto, cuidar a exposição e comercialização midiática, discutir a erotização do infantil, os pais precisam estar conscientes até que ponto isso é saudável ou não”. [...] há uma

³ O conceito de adultização da infância, apresentado nesse artigo e pensado como parte de uma construção identitária infantil feminina, faz parte dos conceitos trabalhados na Dissertação de Mestrado da autora, intitulada “Ela se juntou com um cara! Um estudo sobre Casamento de Crianças no Brasil, Comunicação e Direitos Humanos”.

dosagem para tudo, e as crianças precisam ter sua formação psíquica garantida, pois não possuem maturidade para o 'jogo' dos adultos (SANTOS, 2015, p. 1).

A epígrafe que abre esse artigo foi extraída da reportagem “A novinha é apenas uma criança”, matéria de capa da revista Galileu de maio de 2016, que traz a importância de a ciência debater assuntos relacionados à erotização, à sexualização e à exposição midiática pelas quais as crianças vêm passando. Os moldes nos quais esses programas são feitos e seus alastramentos nas redes sociais geram novas formas de compreender a recepção e os receptores (BONIN, 2013). O sujeito infanto-juvenil que participa e assiste a esses determinados programas pode vir a entender que a “fama” é uma forma de felicidade, além de construir sua identidade com base na vivência proposta inicialmente para um adulto. A forma de ressignificação dos conteúdos é diferente nesse público, e a inserção no mundo adulto antes do tempo pode prejudicar o desenvolvimento das crianças, além de expô-las a julgamentos sociais (BORUCHOVITCH, 2003).

Essa exposição da criança/adolescente, tanto como receptora quanto como produtora, tem sido contestada por órgãos da sociedade civil que vêm travando grandes batalhas no campo jurídico no que diz respeito ao teor dos novos programas destinados às crianças, já que em sua maioria fazem um processo de convencimento sobre as possíveis formas de ser e estar no mundo, além de tratarem o corpo – principalmente o feminino – de forma sexualizada.

Um levantamento do site Pornhub mostra que “teen” (adolescente, em inglês) é um dos termos mais procurados do (sic) em pornografia na internet. Fora das telas versões menores das roupas de adultas são fabricadas para meninas pequenas que, **antes mesmo de desenvolverem sua identidade**, entendem que só têm valor se corresponderem a padrões de beleza e sensualidade. Como consequência, a autoestima delas diminui, ao passo que o número de assédios — o primeiro ocorre, em média, aos 9,7 anos, segundo o coletivo Think Olga — e de abusos sexuais [aumenta] (MOREIRA, 2016, p. 1, grifo nosso).

Já é de entendimento de todos que a recepção não é um processo passivo, e não o é também para o público infantil.

Segundo o pressuposto da mediação, o receptor-criança não se constitui mais um elemento passivo do processo comunicacional, mas um produtor de cultura e de práticas cotidianas, uma vez que seu repertório simbólico é apropriado e com significado em outras instituições mediadoras (COLVARA, 2008, p. 37).

Crianças ressignificam conteúdos midiáticos por e para elas produzidos, e, como já colocado, isso ocorre de forma diferente do adulto: “o universo cognitivo infantil é

formado por uma mistura entre imaginação e realidade” (LAURINDO; LEAL, 2008, p. 155). Após os primeiros anos da infância, as crianças começam a ter maior “bagagem” cultural, e deste modo vão “abandonando” a fantasia. Essa “bagagem” é o que as auxilia no entendimento sobre os processos midiáticos, porém, ainda são suscetíveis aos agentes externos.

O que é visto na TV adquire um caráter polissêmico no tratamento de ressignificação e no processo de recepção, em contato com as múltiplas mediações que cercam a criança. A aquisição de significado ou a “formação de hábitos de simples apreensão” está relacionada à “precisão e distinção” e “consistência ou estabilidade de significado” (COLVARA, 2008, p. 39).

Um exemplo recente desses processos de adultização ocorreu durante o primeiro episódio do MasterChef Júnior, no qual a candidata Valentina (uma menina de 12 anos) foi alvo de comentários machistas no Twitter. Sua aparência foi comentada pelos seguidores do programa – comentários com teor sexual e pedidos de fotos nuas estiveram entre as manifestações dos usuários. Esse comportamento dos “adultos” em relação a uma criança mostra que precisamos falar sobre a exposição do sujeito infantil na mídia. Quando um homem mais velho se sente no direito de fazer esse tipo de comentário precisamos falar do machismo e da cultura do estupro⁴.

Quando o primeiro episódio da versão brasileira do Master Chef Jr. foi ao ar, a internet entrou em polvorosa. Não só porque o reality show é um dos mais assistidos em duas telas — em que se acompanha pela televisão e pelas redes sociais —, mas pela repercussão que teve online. Percebeu-se que vários dos comentários sobre o programa eram relacionados com uma participante de 12 anos. Ou melhor, com a aparência dela. “Sobre essa participante: se tiver consenso, é **pedofilia?**”, escreveu um dos usuários (MOREIRA, 2016, p. 1, grifo do autor).

O assédio sofrido por Valentina deu origem a uma campanha promovida por Juliana De Faria, fundadora do coletivo feminista Think Olga, na Rede Social Twitter chamada #primeiroassedio (Primeiro Assédio), na qual com o uso da hashtag mulheres contavam/compartilhavam histórias de como haviam sofrido seu primeiro assédio (o primeiro dia de campanha teve mais de 50 mil twittes). A potencialidade de disseminação das Redes Sociais faz com que muitos assuntos não debatidos anteriormente sejam colocados como pautas sociais. Esse processo de ressignificação de informações por parte do adulto – que faz uso de temas que ferem os Direitos Humanos – auxilia na construção

⁴ Termo criado por feministas na década de 70 nos Estados Unidos para descrever um “ambiente no qual o estupro é predominante e no qual a violência sexual contra as mulheres é normalizada na mídia e na cultura popular” (MOREIRA, 2016, s.p.).

de discursos que beneficiam o sujeito infantil. Porém, as crianças ainda não conseguem se apropriar da mesma maneira do que está sendo ofertado/produzido por e para elas.

Em um dos episódios do MasterChef Júnior é possível ver a apresentadora Ana Paula Padrão tentando acalmar uma menina, que estava chorando pois havia feito seu prato culinário de forma errada, ou seja, não é somente a sexualização, são também as formas de opressão. Adultizar as crianças não é benéfico, e essa adultização da infância tem estado presente nos programas e comerciais todas as vezes em que temos uma sexualização desse sujeito infantil, ou uma réplica de um adulto em miniatura (FERREGUETT, 2014). No caso citado foi informado pela assessoria de imprensa da emissora que os comentários na rede social não haviam sido lidos pela Valentina, mas e as demais crianças que leram os comentários?

Em virtude de que entendo a recepção midiática como um processo constituinte da formação identitária na infância, e que esta recepção é o início e o fim de um caminho de entrelaçamentos percorridos por estes sujeitos durante seu processo de ressignificação de informações (MARTÍN-BARBERO, 2002), compreendo que um olhar mais atento e cuidadoso precisa estar voltado a esse público, tendo em vista que sua natureza infantil é suscetível aos agentes externos – de forma diferente dos adultos (VIGOSTSKY, 2005).

Ensino de Mídia, Gênero e Direitos Humanos

O papel identitário feminino atualmente se configura em instâncias muito diferentes das do séc. XV, porém, ainda é tolhido e sofre com os preconceitos de gênero⁵ aos quais a mulher sempre está atrelada. A construção dessa identidade como fator determinante para o sentimento de pertença a uma sociedade iniciou para o sujeito feminino infantil na conquista do direito de ir à Escola. Esse empoderamento de sociabilização potencializou a construção de identidades plurais.

A criança, ao ganhar espaço na sociedade, iniciou seu processo de construção identitária de forma individual – deixou de ter sua identidade pautada pela sociedade, pôde então construir significados para as ações vivenciadas e torná-las partes constituintes do seu “eu”, uma construção de singularidades e particularidades múltiplas e históricas (VYGOTSKY, 2005). Sendo assim, precisamos auxiliar nesse processo de

⁵ “Gênero tem sido o termo utilizado para teorizar a questão da diferença sexual, questionando os papéis sociais destinados às mulheres e aos homens. A categoria de gênero não se constitui numa diferença universal, mas permite entender a construção e a organização social da diferença sexual” (COLLING, 2004, p. 28).

recepção pelo qual o público infantil tem passado, para que não estejamos prejudicando a construção da sua identidade.

As instituições de ensino possibilitaram a construção da identidade dos sujeitos infantis. Foi a partir do seu surgimento que as crianças passaram a interpretar de forma crítica o mundo em que vivem. Paulo Freire dizia que precisamos ensinar o aluno a ler o mundo, ou seja, a escola precisa colocar os assuntos do cotidiano em debate, e a partir deles construir ideais que sirvam a todas as pessoas, afinal, a escola é um dos espaços que prepara o sujeito para a vida em sociedade.

Não é uma tarefa fácil, e atualmente tem se mostrado um grande desafio o ensino do diverso da “transitoriedade e instabilidade” que se tornaram marcas do nosso contemporâneo (LOURO, 2011). Ensinar sobre o mundo requer cuidados, mas é necessário fugir da norma. O ensino de Gênero, Mídia e Direitos Humanos se faz primordial se queremos estruturar uma sociedade onde se pensa no bem comum.

Uma noção singular de gênero e sexualidade vem sustentando currículos e práticas de nossas escolas. Mesmo que admita que existem muitas formas de viver os gêneros e a sexualidade, é consenso que a instituição escolar tem obrigação de nortear suas ações por um padrão: haveria apenas um modo adequado, legítimo, normal de masculinidade e de feminilidade e uma única forma sadia e norma de sexualidade, a heterossexualidade; afastar-se desse padrão significa buscar o desvio, sair do centro, tornar-se o excêntrico” (LOURO, 2011, p. 44).

Está na hora de os professores construírem o excêntrico. O padrão normativo de identidade feminina tem se perpetuado ao longo de muitos anos, e, como podemos perceber ao longo deste texto, tem contribuído para práticas perversas em relação ao sujeito feminino infantil.

[...] excêntrico é aquele ou aquilo que está fora do centro; é o extravagante, o esquisito; é, também, o que tem um centro diferente, um outro centro. Jogar com as acepções dicionarizadas de palavras pode se mostrar um exercício interessante: pode nos ajudar a pensar sobre as formas como se estabelecem as posições-de-sujeito no interior de uma cultura – e, conseqüentemente, pode nos ajudar a pensar sobre as formas como a escola e o currículo realizam sua parte nesse empreendimento (LOURO, 2011, p. 44).

Poderíamos pensar aqui em uma modificação das disciplinas na qual elas passem a contemplar essas temáticas⁶, embora já haja em muitas escolas projetos escolares que

⁶ Essa inserção poderia ser feita através de disciplinas interdisciplinares que abrangessem as áreas específicas já programadas na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), mas que tivessem um viés mais cidadão.

trabalham de forma transversal com as lógicas de cidadania educacional e, portanto, é possível refletir sobre esses projetos. Um exemplo é o projeto vencedor do prêmio Educador Nota 107 do ano de 2019, intitulado #aprenderacompartilhar, no qual essas temáticas são pensadas e postas a partir de propostas ligadas à prática da iniciação científica na escola⁸. Ambas as opções possibilitariam e possibilitam uma emancipação dos sujeitos⁹ e, principalmente, fazem com que os estudantes consigam criticar os modelos e padrões dominantes aos quais são impostas, bem como a entender como se dá o discurso midiático no que se refere a essas questões (SOARES, 2011).

Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), em sua maioria, são estruturados pensando o diverso, porém, os currículos, principalmente dos Anos Finais, são engessados nas disciplinas fixas e em seus conteúdos (ex: português, matemáticas, geografia etc.), não levando em conta que a concepção de currículo precisa ser elaborada como um conjunto de práticas que articulam as experiências e os saberes das crianças e do local social em que elas vivem com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico (GOMES, 2007). Infelizmente, muitas vezes, quando as escolas incluem essas temáticas e saberes são em formatos de projetos extracurriculares¹⁰. Essa falta de espaço para outras discussões no ensino regular acaba por universalizar uma ideia hegemônica de estabilidade na qual a identidade dominante continua sendo a do homem branco heterossexual, “todas as produções da cultura construídas fora desse lugar central assumem o caráter de diferente e, quando não, são simplesmente excluídas dos currículos, ocupando ali a posição do exótico, do alternativo do acessório” (LOURO, 2011, p. 45).

Desse modo, continuamos banalizando as formas de sexualização/erotização/opressão do sujeito infantil nas mídias. Perpetuamos, assim, a cultura machista e preconceituosa na qual o Brasil foi alicerçado.

Não há mais novidade em tais afirmações. Já há algumas décadas o movimento feminista, os movimentos negros e também os movimentos das chamadas minorias sexuais vêm denunciando a

⁷ Premiação da Fundação Victor Civita que contempla os principais projetos de educação do Brasil.

⁸ Cf. <https://premioeducadornota10.org/>

⁹ Aqui pensada, nas instâncias elencadas por Santos (2003), como o processo de ter direitos e demandas, de se auto reconhecer e conhecer o lugar do Outro.

¹⁰ Que atualmente ocupam um lugar importantíssimo na educação brasileira, tendo em vista a falta de disciplinas no currículo regular. Práticas governamentais como o Programa de Educação Integral (instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e pelo Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010) corroboram no ensino do diverso, com oficinas que tratam de Direitos Humanos, Meio Ambiente, Artes (música, dança, teatro, pintura, circo, entre outras), Mídia e Educação, Esportes e Promoção da Saúde

ausência de suas histórias, suas questões e suas práticas nos currículos escolares (LOURO, 2011, p. 45).

Essas ausências são vistas tanto na educação formal (Escola) como na não formal (Mídia). A falta de ensino e de cobertura midiática sobre pautas que defendam os Direitos Humanos nos faz perceber que estamos negligenciando uma grande parcela da sociedade, e essa parcela é composta também por crianças. Tanto a educação como a comunicação são indispensáveis à construção da cidadania. A junção de ambas agrega transformações significativas e leva a “mudanças substanciais nas relações sociais e no modo como os grupos humanos interagem” (SOARES, 2011, p. 11).

Martín-Barbero (2006) vai colocar que precisamos pensar a hegemonia comunicacional, pois ela é o atual motor de inserções culturais. Porém, primeiramente temos que compreender e pensar o impacto que isso vem gerando na configuração identitária e principalmente na heterogeneidade. A recepção se reconfigurou com a tecnologia, e, como já citado, as novas lógicas de tempo e espaço auxiliam na disseminação de informações e entendimentos, porém, também impactam o mundo infantil quando há um acesso sem “controle” de todos esses meios e espaços.

[...] o que a revolução tecnológica introduz em nossa sociedade não é tanto a quantidade inusitada de novas máquinas, mas, sim, um novo modo de relação entre os processos simbólicos – que constituem o cultural – e as formas de produção e distribuição dos bens e serviços: um novo modo de produzir, confusamente associado a um novo modo de comunicar, transforma o conhecimento em uma força produtiva direta (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 54).

Ou seja, o problema não está no programa MasterChef Júnior, está na forma como ele é produzido e pensado. O que poderia ser minimizado através de um ensino sobre mídia nas escolas, já que isso auxiliaria para que as crianças compreendessem e conseguissem ressignificar informações do mundo que as cerca. Esse ensino faria com que as meninas compreendessem desde cedo que casos como o da Valentina não são culpa delas, e sim da sociedade em que elas estão inseridas.

Precisamos prestar atenção às estratégias públicas e privadas que são postas em ação, cotidianamente, para garantir a estabilidade da identidade “normal” e de todas as formas culturais a ela associadas; prestar atenção às estratégias que são mobilizadas para marcar as identidades “diferentes” e aquelas que buscam superar o medo e a atração que nos provocam as identidades “excêntricas” (LOURO, 2011, p. 51).

Ao pensar na TV, e na forma como se constrói a programação com e para a criança, precisamos pensar nas teias que envolvem seus discursos e práticas, suas funções e

significados, “já que essa ocupa várias lacunas no cotidiano da criança. Em determinadas situações a criança fica entregue aos cuidados da tecnologia da TV (babás eletrônicas)” (COLVARA, 2008, p. 40). Nunca a necessidade de modificar as práticas educativas esteve tão presente no cotidiano escolar (RAMAL, 2002). A busca por uma educação de qualidade, que consiga fazer do aluno um sujeito crítico, capaz de compreender o mundo que o cerca, trouxe mudanças no dia-a-dia da sala de aula. As disciplinas básicas do currículo escolar já não estão mais dando conta de abranger o mundo em que vivemos, quando pensamos o diverso.

Considerações Finais

As ideias propostas nesse texto servem para refletir sobre como estamos pensando a recepção infantil, e de que lugar estamos fazendo isso. Acredito que a recepção desses programas possa ser balizada pelos ensinamentos educacionais pelos quais devem passar esses seres infantis na busca de uma maior compreensão por parte deles do que está sendo apresentado (SOARES, 2011).

Isso não exige as entidades fiscais de regularem a forma como esses programas têm sido direcionados e produzidos pelas crianças, tendo em vista que há leis vigentes no país sobre esse tema (ABAP, 2013; BRASIL, 1990). Assim como não exclui o caráter emergencial de se repensar as disciplinas curriculares baseadas na BNCC para que elas deem conta de ensinar esses processos.

Vivemos uma época muito complicada no país, com os recentes acontecimentos políticos¹¹ que trouxeram à tona uma “onda” de pensamentos conservadores, como o Projeto Escola sem Partido (PLS 193/2016), que diz (em seu site oficial) estar preocupado com “o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras”. Paulo Freire (1985) colocava que a escola humaniza. Os processos pedagógicos de ensino não são doutrinários há muitos anos (BRASIL, 1996) – mesmo no que se refere ao Ensino Religioso, disciplina não obrigatória a qualquer estudante, e que nas escolas públicas trata do ensino de valores (amizade, amor, autoconfiança, respeito, etc.) e não de pressupostos religiosos (ideologia: católica, evangélica, budista, etc.) –, ou seja, é responsabilidade do professor ampliar as noções de respeito dos alunos, e fortalecer seus valores e entendimentos acerca do mundo. Deste modo, precisamos do ensino de Gênero, Mídia e Direitos Humanos (além de tantas outras temáticas que envolvem a vida em sociedade),

¹¹ Refiro-me aqui às manifestações iniciadas em junho de 2013, bem como, o afastamento da presidente eleita Dilma Rousseff, em maio de 2016.

sendo que não são e nem serão postas como doutrina, pois nas escolas o Projeto Político Pedagógico é pensando nas mais diversas inserções sociais, e pensado com o intuito de ensinar uma emancipação ao sujeito (OLIVEIRA; MORAES; DOURADO, 2009).

Ademais, projetos como o do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de exclusão da classificação indicativa na televisão são péssimos para os entendimentos dos processos de recepção do público infantil, afinal, há conteúdo específico para cada idade, justamente por as crianças não conseguirem compreender ainda determinadas atitudes sociais. Sabemos que em tempos de Internet o controle sobre os conteúdos utilizados/assistidos pelo público infantil fica muito mais difícil de ser feito, mas assim como a classificação indicativa é uma das ferramentas para auxílio e controle dos pais e responsáveis para que eles infiram sobre o que os filhos/as devem assistir, muitos produtos midiáticos na Web têm regras sobre idade mínima para inscrição e formas de controle. Nos dois casos, isso necessita de uma colaboração das pessoas responsáveis. Renata Tomaz (2017) desenvolve suas pesquisas sobre esse novo momento que vivemos com advento do uso da internet pelas crianças, ela traça um paralelo entre a “antiga infância” e a infância contemporânea sob o ponto de vista dos novos processos comunicacionais; nesse caso em específico o YouTube, suas reflexões sobre a regulação, e sobre o que está sendo produzido podem nos auxiliar a pensar novas estratégias. Por fim, a Band informou, em comunicado oficial, que não haverá uma segunda temporada do Programa MasterChef Júnior, pois está muito difícil de lidar com as normas de proteção à infância (GUIDORIZZI, 2015).

O Brasil assinou ao longo dos anos diversos tratados sobre a proteção integral da infância. Modificar a classificação indicativa, deixando a cargo das emissoras escolherem o horário em que os programas irão ao ar, fere muitos destes direitos assegurados. Segundo alguns ministros, que participaram do debate do processo em novembro de 2015 (suspensão a pedido de vistas do presidente do supremo Teori Zavascki), o dever de proteção moral das crianças e o direito a ampla liberdade de expressão não são incompatíveis (SANTOS, 2016, p. 1).

A condição permanente de sujeito midiático faz das crianças alvos potenciais de consumo (BAUMAN, 2008; CANCLINI, 1998). Sendo assim, precisamos avançar muito na educação sobre a mídia que estamos destinando a esse público, já que sozinhas as famílias não têm condições de ensinarem seus filhos sobre esses processos de recepção, também devido à forte inserção da mídia dentro dos lares. É quase uma luta desleal.

Referências

ABAP. **As leis, a publicidade e as crianças: o que é preciso saber, o que dá para fazer.** São Paulo: ABAP, 2013. Disponível em: <<http://www.abapnacional.com.br/pdfs/03-leis.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

AGORA é a vez das crianças: “MasterChef Júnior” estreia hoje. **Zero Hora**, Porto Alegre, 20 out. 2010. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/noticia/2015/10/agora-e-a-vez-das-criancas-masterchef-junior-estreia-hoje-4882519.html>>. Acesso em: 9 ago. 2016.

ARIÈS, Phillippe. **História Social da Criança e da Família.** Rio de Janeiro: LTC- Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1981.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade:** entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. **Vida para consumo:** a transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BEATRIZ, Marta. **O traje das crianças.** Ponta Grossa, 19 ago. 2012. Disponível em: <<http://estudodainfancia.blogspot.com.br/2012/08/o-traje-das-criancas.html>>. Acesso em: 29 jun. 2016. Blog: História da Educação Infantil.

BONIN, Jiani Adriana. A pesquisa exploratória na construção de investigações comunicacionais com foco na recepção. In: BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins. **Processualidade metodológicas:** configurações transformadoras em comunicação. Florianópolis: Insular, 2013.

BORUCHOVITCH, Mônica Monteiro da Costa. **A programação infantil na televisão brasileira sob a perspectiva da criança.** Orientadora: Solange Jabim e Souza. 99f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), Rio de Janeiro, 2003.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 8 jul. 2016.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

CASTELLS, Manuel. A construção da identidade. In: _____. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COLLING, Ana. A construção histórica do masculino e do feminino. In: STREY, Marlene N.; CABEDA, Sonia T. Lisboa; PREHN, Denise R. (Org.). **Gênero e Cultura:** questões contemporâneas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

COLVARA, Lauren Ferreira. O processo de recepção infantil: como as crianças lidam com a tv em seu cotidiano escolar. In: Simpósio de Comunicação e Tecnologias Interativas –

LACOTEC, 1., 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Unesp, 2008. Disponível em: <<http://www2.faac.unesp.br/pesquisa/lecotec/eventos/simposio/anais.html>>. Acesso em: 9 ago. 2016.

FERREGUETT, Cristiane. **Relações dialógicas em revista infantil: processo de adultização de meninas.** Orientadora: Maria da Glória Correa Di Fanti. 243f. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC) e Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Porto Alegre, 2014.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 48p.

GUIDORIZZI, Guilherme. Band desiste da segunda temporada do 'MasterChef Júnior' por causa das leis. **Purepeople**, [S.l.], 2015. Disponível em: <https://www.purepeople.com.br/noticia/band-desiste-da-segunda-temporada-do-masterchef-junior-por-causa-das-leis_a91027/1>. Acesso em: 22 abr. 2016.

FINAL do MasterChef Júnior deixa Band em 1º lugar. **Band UOL**, São Paulo, 16 dez. 2015. Disponível em: <<http://entretenimento.band.uol.com.br/masterchef/junior/2015/noticias/100000785915/final-do-masterchef-junior-deixa-band-em-1%C2%BA-lugar.html>>. Acesso em: 2 ago. 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 3. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

LAURINDO, Roseméri; LEAL, Andressa. A recepção da publicidade na TV entre crianças de cinco anos. **Comunicação, mídia e consumo**, São Paulo, v. 5, n. 13, p. 139-157, jul. 2008. Disponível em: <<http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/130>>. Acesso em: 9 ago. 2016.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade: o “normal”, o “diferente” e o “excentrico”. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana V. (Orgs.). **Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação.** 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In: SOUZA, Mario Wilton de (Org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor.** São Paulo: Brasiliense, 2002.

_____. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: MORAES, Dênis (Org.). **Sociedade midiaticizada.** Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MOREIRA, Isabela. A novinha é apenas uma criança. **Revista Galileu**, Rio de Janeiro, 25 maio. 2016. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2016/05/novinha-e-apenas-uma-crianca.html>>. Acesso em: 9 ago. 2016.

_____. 6 coisas que você precisa entender sobre a cultura do estupro. **Revista Galileu**, São Paulo, 1 jan. 2016. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2016/06/6-coisas-que-voce-precisa-entender-sobre-cultura-do-estupro.html>>. Acesso em: 9 abr. 2017.

NERY, Jamile. **A infância está desaparecendo**. Salvador, 5 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.maeparamaes.com/2012/08/a-infancia-esta-desaparecendo.html>>. Acesso em: 21 jun. 2016. Blog: Mãe para mães.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karina Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes. Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação. In: _____. **Políticas e Gestão na Educação**. 2009. Disponível em: <escoladegestores.mec.gov.br/site/4...gestao_escolar/.../texto2_1.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2016.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da Infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.
RAMAL, Andrea Cecilia. **Educação na cibercultura: hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. Poderá o direito se emancipatório. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 65, p. 3-75, maio 2013. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/podera_o_direito_ser_emancipatorio_RCCS65.PDF>. Acesso em: 9 ago. 2016.

SANTOS, Vitória Brito. A “Adultização da Infância”. **Tabuu: Paradigmas da Beleza**, São Leopoldo, 27 jun. 2015. Disponível em: <<https://medium.com/tabuu-paradigmas-da-beleza/a-adultiza%C3%A7%C3%A3o-da-inf%C3%A2ncia-50f9b882fd2c#.f2s8868ox>>. Acesso em: 2 ago. 2016.

_____. Classificação Indicativa não é censura. **Processocom**, São Leopoldo, 7 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.processocom.org/2016/06/07/classificacao-indicativa-nao-e-censura/>>. Acesso em: 9 ago. 2016.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio**. São Paulo: Paulinas, 2011.

TOMAZ, Renata Cristina de Oliveira. **O Que Você Quer Ser Antes de Crescer? Youtubers, Infância e Celebridade**. 2017. 232 f. Tese (Doutorado em Comunicação) --Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2017.

VYGOTSKY, Levi S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martin Fontes, 2005.

Revisor de Línguas: Paulo Júnior Melo da Luz
Revisora de ABNT/APA: Maytê Ramos Pires

Submetido em 19/06/2017

Aprovado em 14/04/2020

Licença *Creative Commons* – Atribuição NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)